

O crescimento dos fundos de pensão no Brasil está emperrado, e poucas empresas têm se disposto a criar planos de benefícios para os empregados. O excesso de burocracia para criar uma fundação e a falta de incentivos tributários são apontados como obstáculos para a expansão do sistema, segundo pesquisa da Gama Consultores, a que o Correio teve acesso. O levantamento indica também que o artigo 202 da Constituição Federal – que torna a Previdência complementar facultativa aos trabalhadores – contribui para a inércia dos brasileiros.

De acordo com o presidente da Gama, Antônio Gazzoni, das 176 empresas e entidades de classe de pequeno, médio e grande portes ouvidas para o estudo, 94 não oferecem o benefício a seus funcionários. Entre as que não têm planos de Previdência complementar, 52% afirmaram que tinham interesse em criar um. Nas estimativas dele, existem no país pelo menos 15 mil companhias com faturamento anual de até R\$ 200 milhões que teriam condições financeiras de instituir uma fundação. Apesar do potencial, Gazzoni explica que tanto os executivos quanto os trabalhadores vislumbram poucas vantagens e muitos empecilhos em tornar a Previdência complementar uma realidade.

O presidente da Gama detalha que parte dessa aversão está ligada aos baixos níveis de educação financeira e previdenciária dos brasileiros. Isso fica claro porque executivos, representantes de classe, empregados e os associados consideram a Previdência complementar a quarta prioridade entre os benefícios que devem ser oferecidos. Em primeiro lugar, estão os planos de saúde e odontológico, os convênios que oferecem descontos para diversas atividades e as facilidades para empréstimos bancários. “A Previdência complementar precisa se tornar uma política de Estado. O estudo concluiu que precisamos criar tributação diferenciada, flexibilizar os produtos, educar os brasileiros e tornar a adesão automática uma realidade”, afirma.

Dificuldades

Nos últimos seis anos, os fundos de pensão registraram um crescimento vegetativo do número de participantes e de patrimônio. O setor atingiu o ápice em 2007, quando o total de ativos representava 17,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2008, ano da crise internacional, despencou para 14,7%. De lá para cá, não houve expansão. No ano passado, todos os recursos das fundações representavam 14,1% do total de riquezas geradas no país. Para o presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), José Ribeiro Pena Neto, o tema Previdência complementar deixou de ser uma prioridade do governo.

Ele relembra que, no primeiro mandato do então presidente Lula, o diálogo era mais intenso, o que resultou em uma expansão do setor. Nesse período, o patrimônio dos fundos de pensão em relação ao PIB cresceu de 12,8% para 15,9%. “No segundo mandato de Lula e no governo Dilma, as coisas começaram a andar no piloto automático, sem envolvimento. Há uma certa miopia do Executivo em não enxergar o setor como uma alternativa para os problemas econômicos e sociais.”

Modelo

Na avaliação do professor da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Previdência José Roberto Savoia, o abandono do debate que incentivava a criação de fundos de pensão está relacionado ao modelo econômico adotado pelo governo, que se baseia no consumo. Na opinião dele, é incompatível que o Executivo fomente o gasto e também a formação de poupança. “O ideal seria pensar em um modelo de expansão em que as pessoas poupem mais. Isso seria importante para a sustentabilidade do crescimento do país”, comenta.

Savoia ainda destaca que a opção que o Brasil fez tornar a Previdência complementar facultativa reduziu a possibilidade de mais empresas oferecerem planos. E para piorar, a falta de educação financeira e previdenciária faz com que os profissionais desconheçam as vantagens dos fundo de

pensão. “É comum as pessoas fazerem consultas se não podem transformar a contribuição do patrocinador em um bônus imediato no salário.”

Barreiras ao crescimento

Confira quais são os principais obstáculos para a Previdência Complementar decolar no país

Estagnação do setor

O patrimônio das entidades encolheu em relação ao PIB



Nações com mais recursos aplicados em fundos de pensão

| País | Recursos | % do PIB |
|----------------|------------|----------|
| Estados Unidos | 10.839.889 | 72,2 |
| Reino Unido | 2.313.383 | 95,7 |
| Japão | 1.470.350 | 25,06 |
| Austrália | 1.345.506 | 93,2 |
| Holanda | 1.134.726 | 135,5 |
| Canadá | 1.106.091 | 63,6 |
| Suíça | 703.448 | 110,7 |
| Brasil | 308.240 | 13,8 |
| África do Sul | 300.276 | 82,5 |

Dificuldades

- A previdência complementar não é prioridade como benefício a ser oferecido aos empregados, tanto em empresas quanto em entidades de classe. Todos citam em primeiro lugar planos de saúde, convênios, linhas de crédito e por último o fundo de pensão
- A falta de educação financeira e previdenciária é outro obstáculo para que empresas e empregados se disponham a investir em planos de benefícios
- Isso fica claro pelo baixo nível de participantes das classes C e D que ainda preferem satisfazer desejos de consumo em vez de poupar para uma velhice tranquila. Essa escolha leva a um nível de endividamento que impossibilita a adesão a um plano de benefícios
- As companhias reclamam que o excesso de burocracia para constituir um fundo e o custo elevado são empecilhos para que a previdência complementar decole
- Falta de incentivos tributários para estimular empresas a criarem fundos de pensão para os trabalhadores
- Impasse jurídico que impossibilita as empresas a adotarem um regime de adesão automática de empregados. No país, o ingresso é facultativo e o próprio setor reclama que isso emperra o crescimento do número de participantes
- A baixa flexibilidade dos produtos, em que os participantes não podem fazer qualquer retirada de recursos, também espanta interessados que não poderiam usufruir da poupança nem em momentos de necessidade

Fonte: Gama Consultores, Previdência Social e OCDE

Thiago Fagundes/CB/D.A Press



Fonte: Correio Braziliense, em 18.09.2014.